

Ferrovía Transnordestina Logística S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Padre Carapuzeiro, 752 - 6º andar, Sala 601 Boa Viagem, Recife (PE) Brasil

T +55 81 3314-8886

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A.
Fortaleza – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 33.247 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 56.960 mil. Esses eventos ou condições, em conjunto com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 não incluem nenhum ajuste que possa surgir dessa incerteza. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações envolvendo montantes relevantes com as empresas Transnordestina Logística S.A. e a Companhia Siderúrgica Nacional, parte relacionada e controladora da Companhia, respectivamente, representadas principalmente por contratos de mútuo, efetuados com base em condições negociadas entre a Companhia e as partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Nota Explicativa nº 10.

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

O imobilizado é o ativo mais representativo da Companhia, sobre o qual, em períodos anteriores, a administração identificou indicadores de sua não recuperabilidade e assim, procedeu com os testes de recuperabilidade destes ativos, resultando, naquele momento, no registro de uma provisão para redução ao valor recuperável que, em 31 de dezembro de 2021, foi estimada no montante de R\$ 279.296 mil.

Os testes efetuados pela Companhia requerem o exercício de julgamentos críticos e subjetivos sobre determinadas premissas, tais como estimativa de taxas de crescimento, de margens operacionais, dos fluxos de caixa futuros e das taxas de descontos desses fluxos de caixas. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas (que são a base para o reconhecimento da provisão para não recuperabilidade dos ativos), bem como o fato de que qualquer mudança nas estimativas poderá impactar de forma relevante o montante recuperável desses ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto novamente significativo e como principal assunto de auditoria no exercício corrente.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliações e entendimentos dos processos, controles operacionais e projeções de fluxos de caixa futuros incluídas no teste de recuperabilidade preparados pela Companhia;
- Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas avaliamos as projeções e avaliação econômica e financeira, a metodologia de cálculo, as premissas e abordagem técnica utilizada no estudo que suportam as análises de recuperabilidade. Comparamos informações externas com expectativas de mercado, bem como efetuamos a comparação das informações internas com expectativas de anos anteriores e outras informações históricas;
- Revisamos a taxa de desconto utilizada no modelo preparado pela Companhia para projetar os fluxos de caixas das operações;
- Desafiamos as premissas utilizadas pela administração da Companhia, no sentido de verificar se estariam adequadas e alinhadas com a atividade econômica na região e seus orçamentos;
- Realizamos discussões com a administração sobre os critérios utilizados para determinação dos fluxos de caixa e desafiamos determinadas premissas utilizadas nos cálculos;
- Realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas;
- Verificamos a razoabilidade das divulgações efetuadas pela Companhia.

Com base na abordagem de auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para avaliação da recuperabilidade e a divulgação das estimativas relacionadas com o valor recuperável do ativo imobilizado foram adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

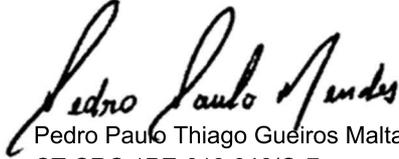
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos alguma que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 24 de março de 2022



Pedro Paulo Thiago Guéiros Malta Mendes
CT CRC 1PE-019.646/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021



FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Originalmente criada com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A (CFN), em 1º de janeiro de 1998 a companhia incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) referente à malha Nordeste. Em 2008, a razão social da CFN mudou para Transnordestina Logística S.A. (TLSA) e em dezembro de 2013 ocorreu a Cisão entre as empresas dando origem as empresas Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL) e Transnordestina Logística S.A. (TLSA).

1.Contexto Operacional

A Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL) é uma Companhia registrada na CVM e tem sua sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil. A Companhia é controlada direta da Companhia Siderúrgica Nacional S.A. (CSN) que detém 92,71% do seu capital social, seguida pela empresa Taquari Participações S.A detentora de 7,29%.

Na sua área geográfica de atuação, a FTL é prestadora de serviços relevantes no setor de logística de carga geral, com ênfase no transporte ferroviário de granéis líquidos e granéis sólidos, oferecendo uma solução integrada de transporte, armazenagem e embarque. Atualmente a FTL possui malha ferroviária operacional que conecta os estados do Maranhão, Piauí e Ceará ao longo de 1.191 quilômetros. Os demais trechos ferroviários, que compõem a concessão nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas estão com tráfego suspenso e em processo de negociação para sua devolução junto a ANTT e DNIT.

Atualmente, a FTL conta com sete terminais multimodais operacionais, incluindo os importantes terminais de Itaqui (São Luís/MA), Pecém (São Gonçalo do Amarante/CE) e Mucuripe (Fortaleza/CE), locais estratégicos para a sua atuação devido à proximidade com seus clientes e também com a malha rodoviária e ferroviária.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados de 2021.

As demonstrações financeiras foram examinadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Para o exercício de 2021 na FTL, vale destacar:

- Receita Bruta de R\$ 229,6 milhões;
- Receita Bruta Ferroviária de R\$ 147,6 milhões;
- Receita Líquida de R\$ 189,3 milhões;
- Em relação à TKU (tonelada útil por quilômetro) em 2021 foi realizado 654 milhões de toneladas;
- Quanto à TU (tonelada útil) transportada, o volume realizado foi de 2.905 mil toneladas;
- A Receita de Direito de Passagem atingiu R\$ 75,1 milhões;
- As Receitas Alternativas somaram R\$ 6,9 milhões;

DESEMPENHO COMERCIAL

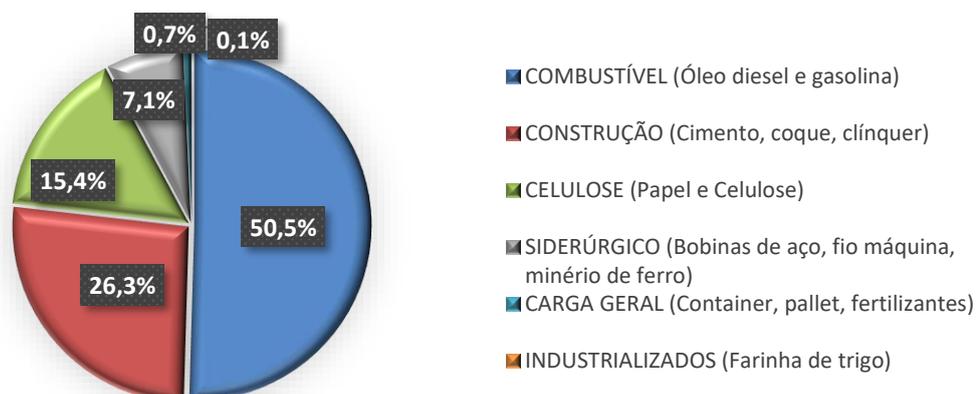
A Receita Bruta em 2021 totalizou R\$ 229.564 mil, para um total de 653.515 mil TKU e 2.905 mil TU. Os segmentos de Combustível e Construção foram responsáveis por 84% da TKU transportada. Em 2020 a Receita Bruta totalizou R\$ 178.705 mil o que representa um aumento de 28%.

PREÇOS

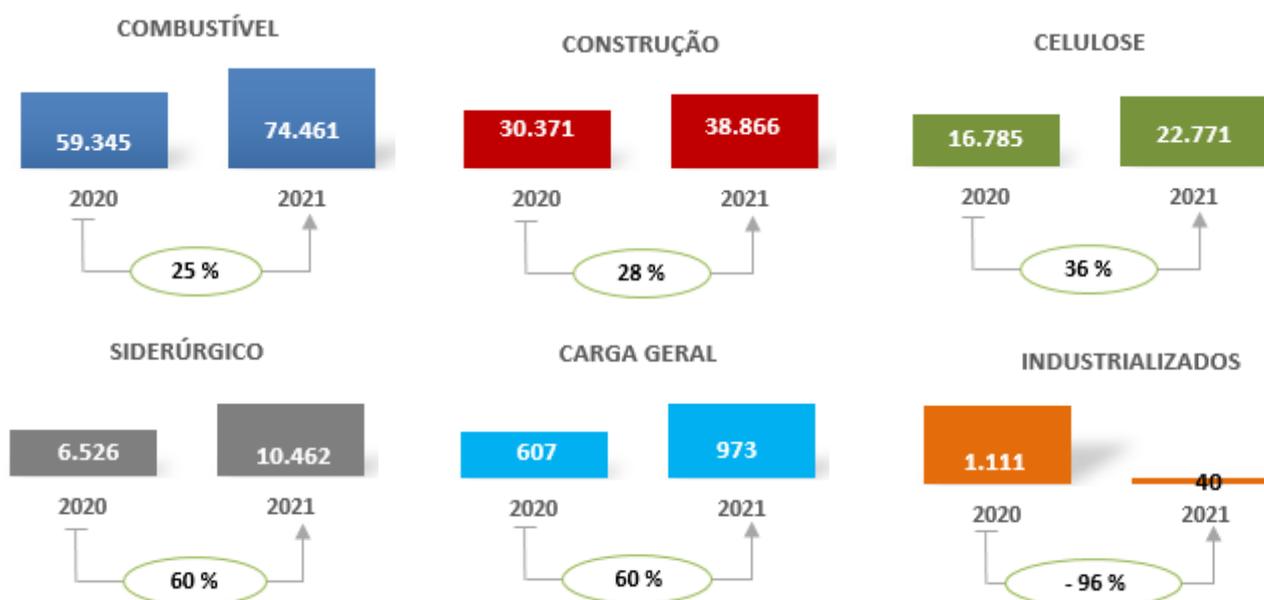
O preço médio dos produtos transportados, que é o total da Receita Bruta Ferroviária, dividido pelo volume (TKU), apresentou um crescimento de 19,5%, passando de R\$ 188,8 em 2020 para R\$ 225,8 em 2021.

RECEITAS FERROVIÁRIA POR SEGMENTO E DIREITO DE PASSAGEM

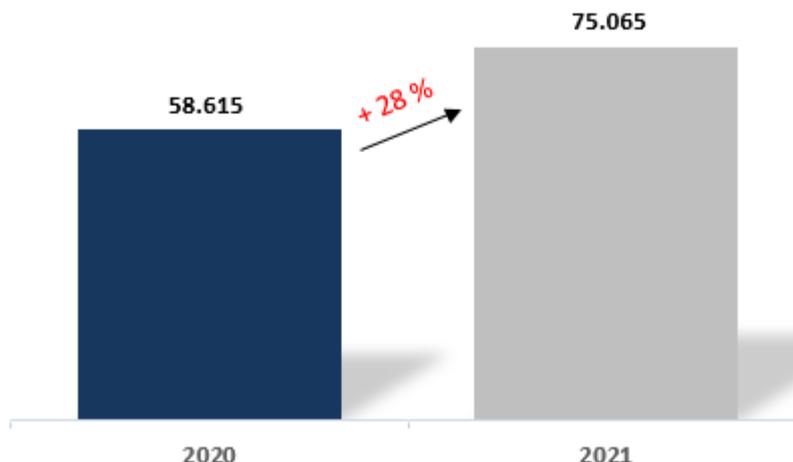
Em relação à ROB (Receita operacional bruta) transportada, os segmentos que tiveram o maior volume de receita em 2021 foram combustível e construção que juntos totalizaram 76,8% do total de R\$ 147.574 mil da receita bruta ferroviária. Comparando com 2020 os segmentos apresentaram crescimentos nominais devido, ao maior preço médio dos produtos e ao aumento na demanda das mercadorias transportadas.



ROB Ferroviária por Segmento em R\$ mil



ROB Direito de Passagem em R\$ mil



A ROB de Direito de Passagem totalizou em 2021 R\$ 75.065 mil, o que representa um aumento de 28% comparado a 2020 que totalizou R\$ 58.615 mil, devido principalmente pelo aumento no transporte de grãos e pela variação tarifária do período.

CUSTOS

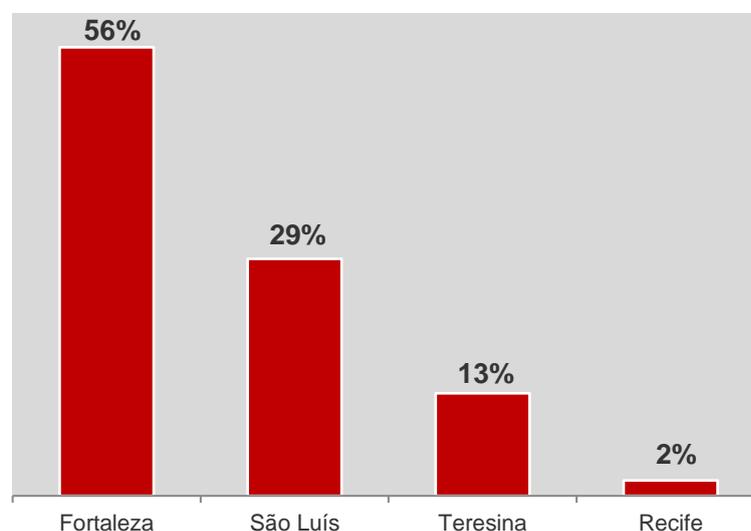
O custo do serviço prestado (CSP) sem depreciação totalizou R\$ 127.676 mil em 2021, o que representa um aumento de 16,8% comparado ao ano de 2020 que totalizou R\$ 109.233 mil.

INVESTIMENTOS

A FTL continua no propósito de recuperar a malha ferroviária através de investimentos. Em 2021 foi desembolsado o total de R\$ 46,7 milhões. Este montante foi aplicado, principalmente, na recuperação de superestrutura da Via Permanente através da aplicação de dormentes e brita para lastro, além do reforço e recuperação de obras de arte, e investido em máquinas e equipamentos, havendo a revitalização de locomotivas e vagões que totalizaram R\$ 7,8 milhões.

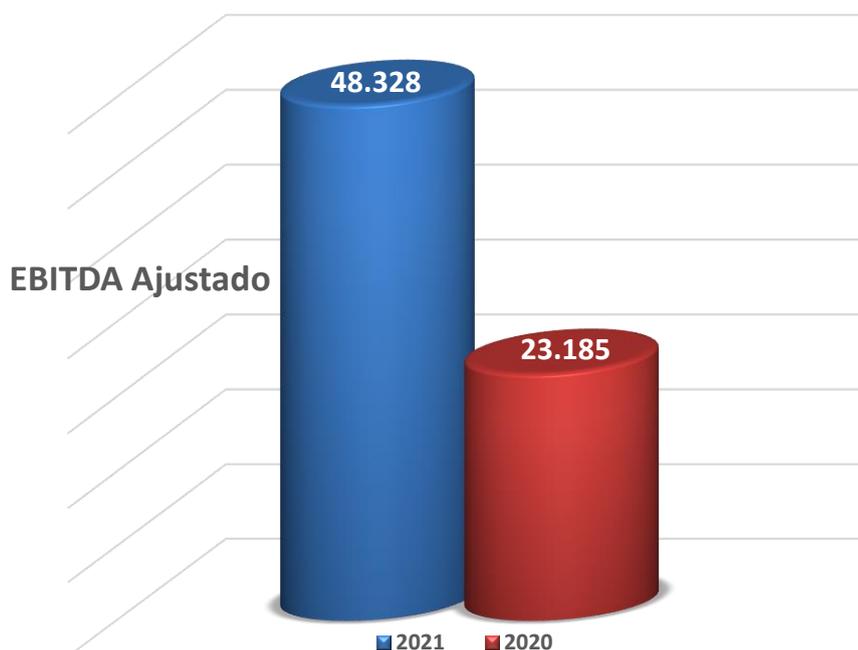
PESSOAL

Total 885 Colaboradores



Em 2021 a empresa conta com 885 colaboradores distribuídos nas suas filiais de acordo com o gráfico acima. No ano de 2020 esse número foi de 874 colaboradores.

DESEMPENHO FINANCEIRO



Em R\$ mil	2021	2020
Prejuízo do Exercício	(33.247)	(38.711)
(+) Tributos sobre o Lucro	-	-
(+) Despesas Financeiras líquidas das receitas financeiras	11.057	7.447
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	52.029	48.619
LAJIDA (EBITDA)	29.839	17.355
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	18.489	5.830
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	48.328	23.185

A companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$ 48.328 mil em 2021. No exercício de 2020 o EBITDA ajustado foi de R\$ 23.185 mil.

O Lucro Bruto, que é a diferença entre Receita Líquida e Custos, alcançou o valor de R\$ 11.231 mil em 2021 incluída a depreciação. No exercício de 2020 o Prejuízo Bruto foi de R\$ 8.096 mil.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

A contratação dos auditores independentes foi aprovada por nosso conselho de administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações financeiras anuais.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
 BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.031	2.539	Fornecedores	11	17.810	13.952
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	11.423	8.699	Impostos e contribuições a recolher		19.550	15.140
Estoques	6	23.197	21.246	Adiantamento de clientes	12	2.728	4.642
Impostos a recuperar	7	2.075	2.688	Partes relacionadas	9	4.887	-
Despesas antecipadas	8	1.249	1.498	Arrendamentos a pagar	13	21.575	14.508
Outras contas a receber		1.805	1.568	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	22.414	26.532
Total dos ativos circulantes		42.780	38.238	Outras contas a pagar	15	10.776	9.548
				Total dos passivos circulantes		99.740	84.322
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	2.338	2.338	Partes relacionadas	9	143.854	112.420
Depósitos judiciais	14	25.956	25.465	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	774	1.997
Partes relacionadas	9	92.438	94.303	Adiantamento de clientes	12	1.986	2.647
Impostos a recuperar	7	4.414	13.440	Arrendamentos a pagar	13	68.331	57.605
Imobilizado	10	278.770	265.960	Adiantamento para futuro aumento do capital	9	-	10.860
Direito de uso	10	81.835	65.864	Outras contas a pagar	15	1.533	1.533
Intangível	10	682	1.158	Total dos passivos não circulantes		216.478	187.062
Total dos ativos não circulantes		486.433	468.528				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	16	502.961	492.101
				Prejuízos acumulados		(289.966)	(256.719)
				Total do patrimônio líquido		212.995	235.382
TOTAL DOS ATIVOS		529.213	506.766	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		529.213	506.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA DE SERVIÇOS - LÍQUIDA	17	189.265	146.113
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(178.034)	(154.209)
PREJUÍZO BRUTO		11.231	(8.096)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	18	(13.161)	(14.399)
Despesas com vendas	18	(1.251)	(1.232)
Outras receitas e despesas operacionais	18	(19.009)	(7.537)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(22.190)	(31.264)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	5.463	3.678
Despesas financeiras	19	(16.520)	(11.125)
		(11.057)	(7.447)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO		(33.247)	(38.711)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(33.247)	(38.711)
Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações	16	(0,0610)	(0,0735)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		492.101	(218.008)	274.093
Prejuízo do exercício		-	(38.711)	(38.711)
SALDO EM 31 DEZEMBRO DE 2020		<u>492.101</u>	<u>(256.719)</u>	<u>235.382</u>
Aumento de capital	9 e 16	10.860	-	10.860
Prejuízo do exercício		-	(33.247)	(33.247)
SALDO EM 31 DEZEMBRO DE 2021		<u><u>502.961</u></u>	<u><u>(289.966)</u></u>	<u><u>212.995</u></u>
			-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(33.247)	(38.711)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	10	53.436	49.628
Variações monetárias e juros - líquido		3.437	1.136
Juros sobre arrendamentos a pagar	13 e 19	6.516	5.061
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	4.682	4.061
Apropriação de adiantamentos de receitas		(830)	(830)
Apropriação de seguros		1.890	2.095
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	5 e 18	205	208
Perdas estimadas em estoques	6	242	(167)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	10	1.460	9
Provisão de impostos a recuperar por ausência de recuperabilidade	7 e 18	9.817	-
 (Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes e outros créditos		(7.911)	(3.184)
Estoques		(2.193)	(2.974)
Depósitos judiciais		(6.101)	(14.471)
Impostos a recuperar		(37)	5.206
Outras contas a receber		(237)	38
Despesas antecipadas		(1.641)	(2.059)
Fornecedores		(81)	(4.722)
Adiantamento de clientes		(1.745)	(4.809)
Outras contas a pagar		1.228	(2.035)
Partes relacionadas a pagar		11.565	17.312
Impostos e contribuições a recolher		4.410	3.196
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		-	(222)
Juros pagos sobre arrendamento	13	(10.795)	(8.480)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades operacionais		<u>34.070</u>	<u>5.286</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	10 e 22	(48.650)	(30.430)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(48.650)</u>	<u>(30.430)</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	7.104
Obtenção de mútuo com controladora	9	23.612	11.209
Amortização de financiamentos com o BNDES		-	(6.882)
Amortização de arrendamentos	13	(8.540)	(5.558)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>15.072</u>	<u>5.873</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>492</u>	<u>(19.271)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.539	21.810
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>3.031</u>	<u>2.539</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>492</u>	<u>(19.271)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		230.727	179.407
Vendas de serviços	17	229.564	178.705
Outras receitas		1.368	910
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	18	(205)	(208)
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		(103.718)	(72.263)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(52.898)	(36.604)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(30.604)	(27.873)
Outras - materiais de consumo Adm/Coml e outros		(20.216)	(7.786)
Valor adicionado bruto		127.009	107.144
Depreciação, amortização e exaustão	10	(52.028)	(48.619)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		74.981	58.525
Valor adicionado recebido em transferência		5.463	3.678
Receitas financeiras	19	5.463	3.678
Valor adicionado total a distribuir		80.444	62.203
Distribuição do valor adicionado		80.444	62.203
Pessoal		51.771	50.832
Remuneração direta		35.083	33.238
Benefícios		14.345	13.972
FGTS		2.343	3.622
Impostos, taxas e contribuições		45.898	37.581
Federais		25.359	21.478
Estaduais		15.620	12.325
Municipais		4.919	3.778
Remuneração de capitais de terceiros		16.022	12.501
Juros		15.401	9.789
Aluguéis		76	1.621
Outras		545	1.091
Remuneração de capitais próprios		(33.247)	(38.711)
Prejuízo do exercício		(33.247)	(38.711)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL – FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“FTL” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima registrada na CVM, com sede em Fortaleza - CE, constituída em 29 de outubro de 2012, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Nordeste.

A malha ferroviária da FTL tem sua origem na privatização da Malha Nordeste em 31 de dezembro de 1997, pela Companhia Ferroviária do Nordeste S.A – CFN (anterior razão social da Transnordestina Logística S.A. - TLSA), que incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal – RFFSA até 2027. Essa concessão previa os trechos ferroviários São Luís - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau – Recife (Malha I). Posteriormente a TLSA empreendeu esforços e investimentos na construção da nova ferrovia denominada Transnordestina, compreendendo os trechos ferroviários Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).

Em 20 de setembro de 2013 foi autorizada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) no âmbito do acordo de investimentos, pela Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (controladora da FTL), Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, a Cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da Malha Nordeste, composta pela Malha I e Malha II, e a Cisão Parcial da TLSA, através das resoluções nº 4.041/2013 e nº 4.042/2013 e da deliberação nº 37/2013.

A cisão fez parte de uma proposta de segregação de ativos e passivos da Malha I e Malha II, sendo aprovada pelos acionistas da cindida no dia 27 de dezembro de 2013. A FTL incorporou os ativos e passivos da Malha I.

Contrato de concessão

As concessionárias ferroviárias são oriundas, em sua maioria, do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente.

Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato é de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA (ver nota explicativa nº 10), e trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transporte. Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas, a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros, assim devem ser tratados como sendo um só.

O contrato de concessão é um contrato a executar onde o pagamento da concessão é realizado em parcelas fixas pré-definidas ao longo do contrato, assim como suas obrigações, não existindo a penalidade contratual para a descontinuidade provocada pelo concessionário.

Atualmente a FTL possui malha ferroviária operacional que conecta os estados do Maranhão, Piauí e Ceará ao longo de 1.191 quilômetros. Os demais trechos ferroviários, que compõem a Concessão nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e estão com tráfego suspenso, se encontram em processo de negociação para sua devolução junto a ANTT e DNIT.

Existe um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes (“ANTT”) que avalia o regular cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão pela Companhia. Em função de uma avaliação unilateral, a ANTT informou que a Companhia teria descumprido o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado em 2013 especificamente em relação ao descumprimento da meta de produção de 2013. Neste contexto, em 2020, a ANTT propôs à União a declaração da caducidade do Contrato de Concessão da FTL e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER. A recomendação da ANTT, que foi fundamentadamente contestada pela FTL, não vincula o Poder Concedente, tampouco põe fim à discussão, eis que ainda estão pendentes as avaliações do Ministério da Infraestrutura e da Presidência da República. Além disso, é igualmente possível o reexame judicial da matéria. A Companhia continua suas atividades operacionais, com fundada expectativa de que seja mantida a continuidade das suas operações.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 56.960 (R\$ 46.084 em 31 de dezembro de 2020) e prejuízo de R\$ 33.247 (R\$ 38.711 em 31 de dezembro de 2020). Os ingressos de recursos na Companhia nos próximos meses, além dos decorrentes de suas atividades operacionais, serão oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital-AFAC e suporte financeiro via contratos de mútuo (ver nota explicativa nº 9 – Partes relacionadas).

Adicionalmente, a administração vem efetuando monitoramento financeiro permanente (gestão do caixa e orçamento) e adotando medidas (investimentos na malha e visando aumento de receita) que possam impactar positivamente nas operações da Companhia. Algumas destas medidas podem ser observadas na seção a seguir.

Impactos do COVID-19

A administração avaliou os impactos ocasionados pela pandemia de COVID-19 nas suas operações e nas demonstrações financeiras com data-base 31 de dezembro de 2021. Abaixo, seguem elencados por tópicos os pontos que a administração entende serem os mais relevantes a serem reportados.

a) Risco de continuidade operacional

Em complemento ao parágrafo de continuidade operacional abordado acima, a administração não identificou indícios adicionais que possam depreciar suas condições financeiras e levar a descontinuidade operacional. Para a elaboração do plano de negócios de 2021 foi utilizado como premissa a continuação da situação de pandemia de tal forma que as projeções realizadas já refletem os efeitos/impactos deste cenário. Desta forma, para 2021 a Companhia teve um crescimento de R\$ 43,1 milhões na receita operacional líquida, que representa um aumento de 29,5% em relação a 2020.

b) Investimentos

O valor de investimentos aprovado pela Companhia em 2021 é de R\$ 61,9 milhões, eles foram baseados na necessidade de revitalização de locomotivas, vagões e vias. Os projetos foram selecionados de acordo com a necessidade de melhorar o resultado operacional, no qual foi priorizado os investimentos considerados essenciais para a Companhia. O valor de investimentos realizados até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 52,2 milhões.

c) Resultado do exercício

Em 2021, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 189,3 milhões, 5,6% acima do projetado pela Companhia, influenciado principalmente pelo aumento na receita com direito de passagem ocasionado pelo aumento no transporte de grãos no exercício.

A Companhia continua adotando uma postura de forte controle nos custos e despesas operacionais, reduzindo e/ou postergando custos não essenciais de viagens, manutenções e serviços. Desta forma, no exercício a Companhia ficou 7% abaixo do orçamento previsto.

Importe ressaltar que a Companhia não paralisou e não possui previsão de paralisação das suas operações em virtude da pandemia, uma vez que o serviço de transporte de carga encontra-se enquadrado como serviço essencial.

d) Impairment de ativos não financeiros e Ativos não circulantes – Imobilizado e Intangível

Em complemento ao evidenciado na nota explicativa nº 10, a administração entende que não foram apresentadas novas evidências que impactem de forma material na análise de premissas e indicativos referentes ao valor recuperável de seus ativos ("Impairment") na data-base de 31 de dezembro de 2021, conforme exigido pelo IAS 36 e CPC 01, não identificando necessidade de reconhecer uma perda adicional para data-base em análise.

e) Impactos sobre ativos financeiros e passivos financeiros

Ativo financeiros

Os impactos sobre os ativos financeiros não sofreram modificações relevantes, na nota nº 20 efetuamos as análises de sensibilidade para ativos financeiros e passivos financeiros.

Passivos financeiros

Não há impacto relevante nos passivos financeiros, uma vez que não há empréstimos em aberto na data base.

f) Classificação de ativos e passivos entre circulantes e não circulantes

Ativos

Não identificamos riscos de segregação entre circulante e não circulantes dos saldos do Ativo circulante e não circulante.

Passivos

Na análise da segregação de saldo entre circulante e não circulante dos passivos, não houve impactos nas segregações de saldo.

g) Impactos nos benefícios aos empregados e nas obrigações do empregador

A administração não aderiu a programas de redução salarial ou programas de demissões após o surto do COVID-19.

h) Impactos financeiros nas postergações dos pagamentos a fornecedores

Não há previsão pela administração em realizar postergações dos pagamentos aos fornecedores no exercício de 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela administração da Companhia em 23 de março de 2022.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir, significativamente, dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Contabilização de perda estimada com contas a receber;
- Nota 10 - Valor residual do ativo imobilizado, análise de recuperabilidade e mudança de vida útil; e
- Nota 14 - Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da entidade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo, quando existentes, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros – Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados, no reconhecimento inicial, de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

Custo de amortização

Os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, *impairment* justamente com outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no resultado.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes". No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, ii) instrumento de patrimônio esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Desreconhecimento Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que

a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a Companhia deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Passivo financeiro ao custo amortizado

A Companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia possui operações com Fornecedores como passivos financeiros não derivativos.

Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

c) Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção,

deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

d) Direito de uso de bens arrendados

Em conformidade com o IFRS 16/CPC 06 (R2), os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são

reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f) Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

g) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i) Receita operacional

Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras e inclui transporte ferroviário, direito de passagem e gestão patrimonial. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

j) Arrendamentos a pagar

i. Pagamentos de arrendamentos

Em conformidade com o IFRS 16/CPC 06 (R2), os pagamentos efetuados sob

arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato o grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- b. O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

k) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

m) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do

pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

n) Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas.

Durante o exercício de 2021 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IASB a revisão das normas listadas abaixo, já vigentes no exercício de 2021. Tais pronunciamentos contábeis se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2021, e foram adotados pela Companhia, sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia.

- CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos;
- CPC 11 / IFRS 4 – Contratos de Seguro;
- CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de Negócios;
- CPC 25 / IFRS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado;
- CPC 40 / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
- CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação.

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

- CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguros.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	374	369
Aplicações financeiras	2.657	2.170
Total	<u>3.031</u>	<u>2.539</u>

O saldo das aplicações financeiras está mantido em Certificados de Depósitos Bancários – CDB e Fundo de Investimentos em Renda Fixa, esses investimentos são remunerados por uma taxa média de 98,61% do CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Clientes	15.855	12.926
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<u>(4.432)</u>	<u>(4.227)</u>
	<u>11.423</u>	<u>8.699</u>

Não circulante

Crédito com a RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A. (a)	<u>2.338</u>	<u>2.338</u>
	<u>2.338</u>	<u>2.338</u>
 Total	 <u>13.761</u>	 <u>11.037</u>

- (a) Conforme contrato de concessão, as despesas assumidas pela Companhia, que eram de responsabilidade da RFFSA - Rede Ferroviária S.A., serão descontadas do valor final do arrendamento. Em função do exposto a administração julgou, face a sua materialidade e natureza, não ser necessário a constituição de provisão para redução do valor recuperável sobre os respectivos valores.

<u>Composição da carteira por idade de vencimento</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer e vencidos até 180 dias	12.947	10.478
De 181 a 364 dias	215	267
Acima de 365 dias	<u>5.031</u>	<u>4.519</u>
Total	<u>18.193</u>	<u>15.264</u>
<u>Movimentação da perda estimada no exercício</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	(4.227)	(6.173)
Adições no exercício	(510)	(1.019)
Reversões no exercício	<u>305</u>	<u>2.965</u>
Saldo final	<u>(4.432)</u>	<u>(4.227)</u>

A Companhia constitui a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base na análise individualizada da carteira de clientes, aplicando a média do coeficiente de inadimplência dos últimos 12 meses sobre os títulos a vencer e vencidos até 180 dias, e o percentual de 50% e 100% do valor do título para os títulos em aberto de 181 a 364 dias e acima de 365 dias, respectivamente.

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Almoxarifado	24.916	22.723
Perdas estimadas em estoques	<u>(1.719)</u>	<u>(1.477)</u>
Total	<u>23.197</u>	<u>21.246</u>

Movimentação para perdas estimadas em estoques:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	(1.477)	(1.644)
Adições no exercício	(262)	(86)
Reversões no exercício	<u>20</u>	<u>253</u>
Saldo final	<u>(1.719)</u>	<u>(1.477)</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ICMS sobre ativo imobilizado (a)	5.031	4.802
ICMS a recuperar (b)	10.357	10.220
(-) Provisão de ICMS por ausência de recuperabilidade	(9.817)	-
Imposto de renda retido na fonte	918	1.087
Outros	-	19
Total	<u>6.489</u>	<u>16.128</u>
Circulante	2.075	2.688
Não circulante	4.414	13.440

(a) ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente de obras de revitalização da malha ferroviária em operação, a Companhia vem gerando créditos de ICMS cuja realização está sendo efetuada à razão de 1/48 por mês, conforme preceitua a legislação vigente.

A administração da Companhia entende que os créditos registrados e acumulados serão realizáveis no decorrer dos próximos exercícios, para compensar débitos apurados sobre as receitas operacionais.

(b) ICMS a recuperar

Montante composto dos valores de ICMS normal e ICMS diferencial de alíquota, de aquisições de combustíveis dos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí.

No primeiro trimestre de 2021, a Companhia registrou uma provisão por ausência de recuperabilidade dos créditos de ICMS do Estado do Piauí, no montante de R\$ 9,8 milhões.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros, sendo apropriada mensalmente ao resultado, proporcionalmente à vigência contratada.

Trata-se de despesas com seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia.

9. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2021 estão listados a seguir:

	Transnordestina Logística S.A.	Companhia Siderúrgica Nacional	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
Contrato de mútuo (a)	92.438	-	92.438	89.890
Outros recebíveis	-	-	-	4.413
Total ativo	92.438	-	92.438	94.303
Passivo				
Adiantamento para futuro aumento de capital (b)	-	-	-	10.860
Contrato de mútuo (c)	-	143.854	143.854	112.420
Outras contas a pagar (d)	4.887	-	4.887	-
Total passivo	4.887	143.854	148.741	123.280
Resultado				
			31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras	4.385	-	4.385	2.924
Receitas com cessão predial e material rodante	1.394	-	1.394	1.156
Juros de mútuo	-	(7.822)	(7.822)	(3.859)
Despesas com serviços compartilhados	(5.607)	-	(5.607)	(6.205)
Total resultado	172	(7.822)	(7.650)	(5.984)

(a) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto à Transnordestina Logística S.A., possuem prazo médio de dois anos, com incidência média de juros de 110,27% do CDI e IOF. Ao término do prazo para liquidação, os contratos vêm sendo postergados.

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC efetuado pela CSN. Na data-base em análise foi realizada a integralização do saldo total de AFAC ao capital social.

(c) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto às partes relacionadas possuem prazo médio de dois anos, com incidência média de juros variáveis, sendo: CDI + 4%, 130% do CDI e IOF.

(d) Valor a devolver para a TLSA decorrente de bloqueio judicial realizado nesta parte relacionada. em favor do Sindicato do Piauí – STEFEPI, referente a causas trabalhistas de funcionários da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

a) Movimentação partes relacionadas

	Ativo			Passivo			
	Mútuo com a TLSA	Outros recebíveis com a TLSA	Total	AFAC com a CSN	Mútuo com a CSN	Outras obrigações com a TLSA	Total
Saldo em 31/12/2020	89.890	4.413	94.303	10.860	112.420	-	123.280
Adições	-	-	-	-	23.612	4.887	28.499
Integralização	-	-	-	(10.860)	-	-	(10.860)
Atualização financeira	4.385	-	4.385	-	7.822	-	7.822
Provisão IR	(141)	-	(141)	-	-	-	-
Amortização Principal	(896)	(4.413)	(5.309)	-	-	-	-
Juros	(800)	-	(800)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	92.438	-	92.438	-	143.854	4.887	148.741

b) Honorários da diretoria

O pessoal-chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir, informações sobre a remuneração acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Benefícios de curto prazo para administradores	<u>1.478</u>	<u>1.294</u>

10. IMOBILIZADO, DIREITO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxa anual de Depreciação/amortização (% a.a.)	31/12/2021		31/12/2020
		Custo	Depreciação/amortização	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	22.341	(7.355)	14.986
Vagões e veículos	20	8.752	(2.021)	6.731
Benfeitoria em propriedade arrendada (a)	-	817.058	(375.824)	441.234
Trilhos	4	21.587	(7.603)	13.984
Dormentes	19,39	113.332	(74.388)	38.944
Equipamentos de comunicação	20	3.324	(1.277)	2.047
Lastro	3,33	15.494	(5.412)	10.082
Outras imobilizações	15	14.374	(1.330)	13.044
Total imobilizado em operação		<u>1.016.262</u>	<u>(475.210)</u>	<u>541.052</u>
Imobilização em andamento		17.014	-	17.014
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável		(279.296)	-	(279.296)
Total imobilizado		<u>753.980</u>	<u>(475.210)</u>	<u>278.770</u>
Intangível	20	<u>3.361</u>	<u>(2.679)</u>	<u>682</u>
Direito de uso (b)	11,11	<u>116.189</u>	<u>(34.354)</u>	<u>81.835</u>

(a) Refere-se a benfeitorias realizadas em propriedade arrendada, RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A., conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, representadas por:

	31/12/2021	
	Vida útil estimada	Taxa anual de depreciação %
Edificações	25 anos	4
Via permanente	35 anos	2,86
Veículos	5 anos	20
Locomotivas	25 anos	4
Vagões	30 anos	3,33
Instalações	10 anos	10
Acessórios metálicos	35 anos	2,86

(b) Referem-se ao registro do Direito de uso da malha ferroviária e de locomotivas e vagões. As obrigações provenientes desse contrato estão registradas nas linhas de Arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, conforme evidenciado na nota explicativa nº 13.

Revisão da vida útil

A partir de 1º de janeiro de 2017 entrou em vigor a Resolução nº 4540 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que regulamenta as taxas de depreciação e de amortização anuais para os ativos das concessionárias detentoras do direito de exploração de infraestrutura ferroviária.

Em janeiro de 2017, a Companhia elaborou laudo técnico de revisão da vida útil para seus principais ativos, o que confirmou a aplicabilidade e aderência da resolução ANTT nº 4540, passando a serem adotadas a partir de então, as vidas úteis que resultaram da avaliação técnica da Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil dos principais bens.

Movimentação do exercício:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Transferência	Baixa	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2021
Imobilização em operação, líquida						
Máquinas e equipamentos	15.447	-	1826	(990)	(1.297)	14.986
Vagões e veículos	6.419	-	665	-	(353)	6.731
Benfeitoria em propriedade arrendada	428.997	-	45.858	-	(33.621)	441.234
Trilhos	14.137	-	0	-	(153)	13.984
Dormentes	40.444	-	0	-	(1.500)	38.944
Equipamentos de telecomunicação	2.049	-	451	(320)	(133)	2.047
Lastro	10.191	-	0	-	(109)	10.082
Outras imobilizações	13.462	-	216	(150)	(484)	13.044
Total imobilizado em operação	531.146	-	49.016	(1.460)	(37.650)	541.052
Imobilização em andamento	14.110	51.920	(49.016)	-	-	17.014
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(279.296)	-	-	-	-	(279.296)
Total imobilizado	265.960	51.920	-	(1.460)	(37.650)	278.770
Intangível	1.158	-	-	-	(476)	682
Direito de uso	65.864	33.365	-	(2.084)	(15.310)	81.835

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Transferência	Baixa	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2020
Imobilização em operação, líquida						
Máquinas e equipamentos	16.375	-	505	-	(1.433)	15.447
Vagões e veículos	6.732	-	0	-	(313)	6.419
Benfeitoria em propriedade arrendada	435.459	-	27.928	-	(34.390)	428.997
Trilhos	14.288	-	0	-	(151)	14.137
Dormentes	41.921	-	0	-	(1.477)	40.444
Equipamentos de telecomunicação	2.157	-	72	-	(180)	2.049
Lastro	10.299	-	0	-	(108)	10.191
Outras imobilizações	13.469	-	167	-	(174)	13.462
Total imobilizado em operação	540.700	-	28.672	-	(38.226)	531.146
Imobilização em andamento	10.668	32.231	(28.780)	(9)	-	14.110
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(279.296)	-	-	-	-	(279.296)
Total imobilizado	<u>272.072</u>	<u>32.231</u>	<u>(108)</u>	<u>(9)</u>	<u>(38.226)</u>	<u>265.960</u>
Intangível	<u>1.555</u>	<u>-</u>	<u>108</u>	<u>-</u>	<u>(505)</u>	<u>1.158</u>
Direito de uso	<u>63.816</u>	<u>12.945</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.897)</u>	<u>65.864</u>

Valor recuperável dos ativos

A cisão parcial da Transnordestina Logística S.A. ocorrida em 27 de dezembro de 2013, com laudo de avaliação de data-base 30 de novembro de 2013, resultou na celebração do termo aditivo ao contrato de concessão da malha nordeste, prevendo a existência da Malha I (em operação, a qual foi incorporada pela Companhia) e da Malha II. Em razão disto, em 31 de outubro de 2013 a Companhia procedeu à avaliação do desempenho futuro dos seus ativos operacionais relacionados à Malha I (em operação). A análise resultou no reconhecimento de uma perda estimada por redução ao valor recuperável de R\$279.296, reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso.

A Companhia efetuou a atualização da análise de premissas e indicativos referentes ao valor recuperável de seus ativos ("Impairment") na data base de 31 de dezembro de 2021, conforme exigido pelo IAS 36 e CPC 01 e não identificou necessidade de reconhecer uma perda estimada adicional ao valor já reconhecido. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. O valor em uso foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente.

A taxa de desconto utilizada reflete as avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Essa taxa representa o retorno que os investidores exigiriam se eles houvessem de escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de valores, tempo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera extrair do ativo.

A Companhia utilizou uma taxa média ponderada de capital (WACC) para descontar os fluxos de caixa operacionais e mensurar o valor presente líquido dos ativos. Essa taxa foi calculada de acordo com o custo e a participação do capital próprio e do capital de terceiros na estrutura da Companhia, determinados conforme descrito abaixo:

- Custo do capital próprio: foi utilizada a metodologia CAPM ("Capital Asset Pricing Model") que consiste em determinar a taxa de rentabilidade exigida pelos investidores como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos. A Companhia utilizou dados atuais para determinação dos parâmetros do CAPM em uma estrutura de capital dinâmica, onde o beta alavancado flutua anualmente e os demais parâmetros permanecem fixos;
- Custo do capital de terceiros: foi determinado de acordo com a média ponderada dos custos dos instrumentos de dívida já contratados e projetados durante o período da concessão; e

- Estrutura de capital: a participação do capital de terceiros na estrutura da Companhia foi calculada através da relação entre o saldo das dívidas a cada ano e o total de capital. Já a participação do capital próprio foi determinada através da diferença entre o VPL dos fluxos de caixa operacionais e o saldo das dívidas a cada ano, ou seja, o valor de mercado para os acionistas.

A média anual da taxa de desconto, após impostos, utilizada para mensurar o valor em uso, foi de 4,6% ao ano em termos reais, resultado da utilização de WACC dinâmica que variou entre 5,4% e 4,1% ao ano durante o período projetado. As projeções de fluxo de caixa contemplaram os contratos fechados para transporte ferroviário e as expectativas de novos contratos com base nos estudos de mercado realizados. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2021, são as que seguem:

Premissas (por ano)

Receita líquida (média até 2023) - R\$	238.259
Receita líquida (média após 2023) - R\$	260.519
Taxa de desconto após impostos – WACC <i>Post-tax</i> (real)	4,6%

Nas projeções foram consideradas informações prospectivas, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e de consultoria especializada contratada e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores de insumos e serviços	14.123	10.933
Outros	3.687	3.019
Total	<u>17.810</u>	<u>13.952</u>

12. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Votorantim Cimentos (a)	68	2.068
Petrobras Distribuidora (b)	1.955	1.867
Outros	2.691	3.354
	<u>4.714</u>	<u>7.289</u>
Circulante	2.728	4.642
Não circulante	1.986	2.647

(a) Adiantamentos para reforma de vagões de transporte de cimento.

(b) Adiantamentos para operacionalização do transporte de combustível.

13. ARRENDAMENTOS A PAGAR

Referem-se aos saldos de arrendamentos a pagar da malha ferroviária e arrendamentos de locomotivas e vagões. Os arrendamentos estão registrados a valor presente, a taxa utilizada para o contrato de arrendamento da malha ferroviária foi a implícita no próprio contrato, para os contratos de arrendamentos de locomotivas e vagões, foram aplicadas a taxas incrementais de empréstimos levantadas nas datas das inclusões dos contratos.

Arrendamentos	Quantidade	Taxa
Malha ferroviária	1	6,75% a.a.
Locomotivas	2	8,28% a.a. e 9,10% a.a.
Vagões	2	8,53% a.a.

Abaixo, seguem apresentados os saldos de arrendamentos a pagar, segregados entre circulante e não circulante, em conjunto com o escalonamento dos mesmos até 2027.

Escalonamento dos arredamentos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2021	-	14.508
2022	21.575	10.199
2023	16.304	9.825
2024	13.972	9.825
2025	11.484	9.825
2026 a 2027	<u>26.571</u>	<u>17.931</u>
	<u>89.906</u>	<u>72.113</u>
Circulante	21.575	14.508
Não circulante	68.331	57.605

Movimentação dos arrendamentos no exercício:

Saldo em 31/12/2020	Adições	Juros provisionados	Reversões	Amortização		Saldo em 31/12/2021
				Principal	Juros	
72.113	32.696	6.516	(2.084)	(8.540)	(10.795)	89.906
<u>72.113</u>	<u>32.696</u>	<u>6.516</u>	<u>(2.084)</u>	<u>(8.540)</u>	<u>(10.795)</u>	<u>89.906</u>

Saldo em 31/12/2019	Adições	Juros provisionados	Amortização		Saldo em 31/12/2020
			Principal	Juros	
68.146	12.944	5.061	(5.558)	(8.480)	72.113
<u>68.146</u>	<u>12.944</u>	<u>5.061</u>	<u>(5.558)</u>	<u>(8.480)</u>	<u>72.113</u>

14. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

14.1 Ações de Risco Provável

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão	Depósito judicial (e)	Líquido	Líquido
Cíveis (a)	9.796	(484)	9.312	9.313
Trabalhistas (b)	9.256	(4.539)	4.717	9.055
Tributárias (c)	3.355	(2.519)	836	1.020
Ambientais	7	-	7	49
Ativos da RFFSA (d)	774	-	774	774
	<u>23.188</u>	<u>(7.542)</u>	<u>15.646</u>	<u>20.211</u>

(a) Contingências cíveis

A Companhia é citada como ré em diversas ações pleiteando indenizações relativas a danos morais e materiais.

(b) Contingências trabalhistas

Essas ações em sua maioria são provenientes de ações movidas por Sindicato discutindo as seguintes matérias: Ticket Alimentação, Adicional de Periculosidade e horas extras (jornada de 6 horas).

(c) Contingências tributárias

Essas ações em sua maioria são provenientes de ações discutindo as seguintes matérias: ICMS, ISS, COFINS, FAP (fator de acidente previdenciário) e autos de infração.

(d) Contingências com ativos da RFFSA

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém registrada provisão para fazer face a eventuais perdas com vagões de propriedade da RFFSA, que deverão ser devolvidos ao final do contrato de concessão, nas mesmas condições em que foram recebidos. A provisão é realizada considerando o valor de mercado de um vagão em pleno uso e a estimativa de gastos com os vagões danificados.

(e) Adicionalmente aos depósitos judiciais no valor de R\$ 7.542, existe um valor de R\$ 18.414 referente a recolhimento em juízo do ISS de serviço de direito de passagem no município de São Luís. Constituindo assim um saldo de depósitos judiciais de R\$ 25.956 (R\$ 25.465, em 31 de dezembro de 2020).

Movimentação das provisões no exercício:

	Saldo em 31/12/2020	Adição	Reversão	Utilização (a)	Saldo em 31/12/2021
Cíveis	9.767	2.048	(1.740)	(279)	9.796
Trabalhistas	16.765	14.056	(11.621)	(9.744)	9.256
Tributárias	1.174	2.228	(47)	-	3.355
Ambientais	49	16	(58)	-	7
Ativos da RFFSA	774	-	-	-	774
Total	28.529	18.348	(13.666)	(10.023)	23.188
Circulante	26.532				22.414
Não circulante	1.997				774

	Saldo em 31/12/2019	Adição	Reversão	Utilização (a)	Saldo em 31/12/2020
Cíveis	10.234	5.794	(4.057)	(2.204)	9.767
Trabalhistas	20.374	9.197	(6.988)	(5.818)	16.765
Tributárias	1.108	67	(1)	-	1.174
Ambientais	-	49	-	-	49
Ativos da RFFSA	774	-	-	-	774
Total	32.490	15.107	(11.046)	(8.022)	28.529
Circulante	30.608				26.532
Não circulante	1.882				1.997

a) As utilizações ocorridas no exercício se deram devido ao pagamento e arquivamento de diversas ações.

14.2 Ações de Risco Possível

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 239.769 (R\$ 194.212 em 31 de dezembro de 2020) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Quadro resumo dos processos avaliados como de risco possível:

Natureza da ação	Quantidade	Valor do risco possível em 31.12.2021
Cível	109	43.486
Ambiental	23	143.734
Trabalhista	38	7.244
Tributário	32	45.305
Total	202	239.769

Abaixo as principais causas:

Cível

a) Ação de anulação de oito autos de infração por descumprimento de meta referente à concessão da utilização do serviço público. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 2.789 (R\$ 2.514 em 31 de dezembro de 2020).

- b) Ação de cobrança, relativa à pretensão da RFFSA de receber da FTL o repasse de um percentual incidente sobre a receita líquida auferida pela FTL em razão de contrato firmado entre o consórcio Railnet (do qual a FTL é parte) e a empresa Intelig. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 2.546 (R\$ 2.443 em 31 de dezembro de 2020).

Ambiental

- a) Execução fiscal 0813869-09.2016.4.05.8100 proposta pelo IBAMA em razão de Auto de Infração lavrado pela Autarquia Ambiental face o derramamento de óleo ou substâncias oleosas em virtude de tombamento de vagões tanque. Ação Anulatória 0024624-74.2016.4.01.3400 ajuizada antes da Execução Fiscal. Estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 44.203 (R\$ 40.183 em 31 de dezembro de 2020).
- b) Processo administrativo nº 02012000341201302 decorrente do Auto de Infração ambiental nº 9076948/E, no qual a Companhia foi autuada por lançar óleo ou substâncias oleosas – 30.000 l de gasolina, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 29.513 (R\$ 27.220 em 31 de dezembro de 2020).
- c) Execução fiscal 0810933-74.2017.4.05.8100 proposta pelo IBAMA em razão de Auto de Infração nº 682.679-D lavrado pela Autarquia Ambiental em virtude de tombamento de vagão carregado com óleo diesel no Km 293 da ferrovia. Ação Anulatória 0000418-93.2016.4.01.3400 ajuizada antes da Execução Fiscal. Estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 41.092 (R\$ 37.091 em 31 de dezembro de 2020).
- d) Ação Civil Pública 0041392-15.2010.8.10.0001 proposta pelo MPE-MA objetivando a revisão do licenciamento ambiental da ferrovia, inclusive no que se refere à realização de EIA/RIMA, bem como pela indenização de danos ambientais causados pelo lançamento de óleo em afluentes e no rio Itapecuru. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 9.616 (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2020).

Trabalhista

- a) Ação Civil Pública, na esfera trabalhista, ajuizada pelo Sindicato da categoria Ferroviária do Estado do Maranhão (STEFEM), alegando que a Companhia não proporciona aos empregados maquinistas e auxiliares um ambiente de trabalho adequado, tendo em vista as más condições das instalações sanitárias nas locomotivas ou ausência delas. A estimativa da perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 1.461 (R\$ 1.352 em 31 de dezembro de 2020).

Tributário

- a) Ação na esfera tributária, visa o reconhecimento da inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do ISSQN sobre a cessão do direito de passagem. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 4.571 (R\$ 4.478 em 31 de dezembro de 2020).
- b) Auto de infração lavrado pela Receita Federal diante da cisão ocorrida em 27/12/2013 entre a TLSA e FTL. Em virtude do Auto de Infração, originou-se o Proc. Adm. nº 10380.726843/2017-12, no qual a União requereu a cobrança de diferença de recolhimento de PIS/PASEP e COFINS. De acordo com Auto de Infração, houve

apropriação indevida de crédito, insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS, falta de escrituração, referentes ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2013. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 32.168 (R\$ 31.334 em 31 de dezembro de 2020).

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Obrigações com pessoal	6.950	5.973
Reembolsos de despesas RFFSA (a)	1.533	1.533
Royalties sobre exploração de bens arrendados (b)	3.104	3.108
Outros	<u>722</u>	<u>467</u>
Total	<u>12.309</u>	<u>11.081</u>
Circulante	10.776	9.548
Não circulante	1.533	1.533

a) Saldo a serem reembolsados à RFFSA.

b) Royalties sobre exploração de bens arrendados

Refere-se a percentual de contribuição sobre receitas líquidas das atividades autorizadas no Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a União, que resultem na utilização dos bens arrendados pela Companhia para consecução de suas atividades operacionais.

Conforme previsto no parágrafo 5º da cláusula primeira do Contrato de Concessão, o percentual deverá ser estabelecido entre 3% e 10%, a ser fixado pelo poder Concedente, podendo ser variável entre as diversas atividades exercidas pela Companhia, respeitados os limites determinados no referido instrumento.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado no montante de R\$ 502.961 (R\$ 492.101 em 31 de dezembro de 2020) estão compostos conforme abaixo:

	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>		
	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2021</u>
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	486.592.830	24.133.368	510.726.198
Taquari Participações S.A.	<u>40.145.014</u>	-	<u>40.145.014</u>
Total	<u>526.737.844</u>	<u>24.133.368</u>	<u>550.871.212</u>

O aumento do capital social realizado pela integralização de AFAC, conforme descrito na nota explicativa nº 9.

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações nominativas, sem valor nominal.

Em 23 de março de 2021, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 10.860 (utilizando recursos de AFAC), mediante a emissão de 24.133.368 (vinte e quatro

milhões cento e trinta e três mil e trezentos e sessenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$ 0,45 por ação, correspondente ao valor patrimonial líquido de cada ação, que foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Companhia Siderúrgica Nacional.

b) Reservas

- Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei Nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, conforme o quadro abaixo:

<u>Prejuízo básico/diluído por ação</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	(33.247)	(38.711)
Quantidade de ações ordinárias média ponderada durante o exercício	<u>545.449.469</u>	<u>526.737.844</u>
Resultado por ação – básico e diluído (por lote de mil ações)	<u>(0,0610)</u>	<u>(0,0735)</u>

A quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico, por não haver instrumentos antidiluidores.

17. RECEITA DE SERVIÇOS – LÍQUIDA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Receita bruta</u>		
Receita de serviços de transportes	147.574	114.744
Receita com direito de passagem	75.065	58.615
Receita com gestão patrimonial	<u>6.925</u>	<u>5.346</u>
Total da receita bruta	<u>229.564</u>	<u>178.705</u>
<u>Deduções da receita bruta</u>		
ICMS	(15.599)	(12.320)
PIS	(3.520)	(2.883)
COFINS	(16.213)	(13.279)
ISS	(4.919)	(3.778)
Deduções e abatimentos	<u>(48)</u>	<u>(332)</u>
	<u>(40.299)</u>	<u>(32.592)</u>
Receita líquida dos serviços prestados	<u>189.265</u>	<u>146.113</u>

Composição do faturamento por cliente (base volume serviço faturado)

<u>Cientes</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>%</u>
Maior cliente	61.883	27	47.350	26
2º e 3º maiores clientes	63.631	28	46.450	26
Outros	<u>104.050</u>	<u>45</u>	<u>84.905</u>	<u>48</u>
Total	<u>229.564</u>	<u>100</u>	<u>178.705</u>	<u>100</u>

18. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Custos</u>		
Folha de pagamento	(51.204)	(50.757)
Material	(56.304)	(38.734)
Serviço	(20.168)	(19.742)
Depreciação e amortização s/ imobilizado	(36.455)	(35.088)
Depreciação e amortização s/ direito de uso(a)	(13.903)	(9.888)
Total dos custos	<u>(178.034)</u>	<u>(154.209)</u>
<u>Despesas administrativas e gerais</u>		
Folha de pagamento	(2.929)	(2.354)
Material	(138)	(93)
Serviço	(8.945)	(10.035)
Depreciação e amortização s/ imobilizado	(1.149)	(1.917)
Total das despesas administrativas	<u>(13.161)</u>	<u>(14.399)</u>
<u>Despesas com vendas</u>		
Folha de pagamento	(1.016)	(949)
Serviço	(28)	(56)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(205)	(208)
Depreciação e amortização s/ imobilizado	(2)	(19)
Total das despesas com vendas	<u>(1.251)</u>	<u>(1.232)</u>
<u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(4.693)	(4.775)
Custos de ociosidade	(1.016)	(1.102)
Depreciação e amortização de bens ociosos do imobilizado	(520)	(1.707)
Provisão de impostos a recuperar(b)	(9.817)	-
Baixa de ativo	(1.460)	-
Outros	(1.503)	47
Total das outras receitas e despesas operacionais	<u>(19.009)</u>	<u>(7.537)</u>

(a) A depreciação do Direito de uso está descontada do valor de PIS/COFINS embutidos na parcela de arrendamento que é reclassificada para o custo operacional, no montante de R\$ 1.407 para 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.009 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Mencionado na nota explicativa nº 7.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros sobre operações com partes relacionadas	4.385	2.924
Outros	1.078	754
	<u>5.463</u>	<u>3.678</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(201)
Juros sobre operações com partes relacionadas	(7.822)	(3.859)
Juros sobre arrendamento	(6.516)	(5.061)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(236)	(164)
Comissões de fianças bancárias	(233)	(825)
Outros	(1.713)	(1.015)
	<u>(16.520)</u>	<u>(11.125)</u>
Resultado financeiro	<u>(11.057)</u>	<u>(7.447)</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras intermediárias foi:

Ativos financeiros	31/12/2021					
	Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações financeiras (nota 4)	2.657	2.657	-	-	-	-
Contas a receber (nota 5)	13.761	11.423	-	-	-	2.338
Partes relacionadas - Mútuo (nota 9)	92.438	-	-	92.438	-	-
Total	108.856	14.080	-	92.438	-	2.338

Passivos financeiros	31/12/2021					
	Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>						
Partes relacionadas – Mútuo (nota 9)	143.854	-	-	143.854	-	-
Arrendamentos a pagar (nota 13)	89.906	10.711	10.864	16.304	36.940	15.087
Fornecedores e outras contas a pagar	22.818	19.611	1.674	-	-	1.533
Total	256.578	30.322	12.538	160.158	36.940	16.620

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros é substancialmente próximo do valor contábil desta forma a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em aplicações financeiras.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas da Companhia visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes.

d) Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa nº 20 (a).

e) Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre os valores a receber de mútuo e aplicações financeiras atreladas a essa taxa, dos créditos a receber atrelados à taxa SELIC e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos em 98,61% do CDI	2.657	2.170
Ativos em 110,27% do CDI	92.438	89.890
Passivos em 130% do CDI	31.200	112.420
Passivos em CDI + 4%	112.654	-

A Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 110,27% do CDI à taxa de 4,85% a.a., com 130% do CDI à taxa de 5,74% a.a., com CDI + 4% à taxa de 4,36%, com 98,61% do CDI à taxa de 4,33% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme cenário demonstrado acima:

<u>Variação positiva</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário 1 (variação de 25%)</u>	<u>Cenário 2 (variação de 50%)</u>
Empréstimo em CDI + 4% Despesa financeira	112.654	CDI a 4,36% (4.912)	CDI a 3,27% (3.684)	CDI a 2,18% (2.456)
Valores a receber em 130% CDI Despesa financeira	31.200	CDI a 5,74% (1.791)	CDI a 4,31% (1.345)	CDI a 2,87% (895)
Valores a receber em 110,27% CDI Receita financeira	92.438	CDI a 4,85% 4.483	CDI a 6,06% 5.602	CDI a 7,28% 6.729
Aplicações financeiras em 98,61% CDI Receita financeira	2.657	CDI a 4,33% 115	CDI a 5,41% 144	CDI a 6,5% 173
<u>Variação negativa</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário 1 (variação de 25%)</u>	<u>Cenário 2 (variação de 50%)</u>
Empréstimo em CDI + 4% Despesa financeira	112.654	CDI a 4,36% (4.912)	CDI a 5,45% (6.140)	CDI a 6,54% (7.368)

Empréstimo em CDI em 130% Despesa financeira	31.200	CDI a 5,74% (1.791)	CDI a 7,18% (2.240)	CDI a 8,61% (2.686)
Valores a receber em 110,27% CDI Receita financeira	92.438	CDI a 4,85% 4.483	CDI a 3,64% 3.365	CDI a 2,43% 2.246
Aplicações financeiras em 98,61% CDI Receita financeira	2.657	CDI a 4,33% 115	CDI a 3,25% 86	CDI a 2,17% 58

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro 2021, a Companhia possui cobertura de seguros contra riscos operacionais, com o limite máximo de indenização de R\$ 25.000 para danos materiais, R\$ 10.000 para responsabilidade civil, ambas com datas de vigências de 30 de junho de 2020 a 30 de junho 2022, seguros para veículos com limite máximo de indenização de danos materiais a terceiros de R\$ 500, danos corporais a terceiros de R\$ 1.000 com vigência até 30 de junho de 2021 e seguro de responsabilidade civil de transporte ferroviário com limite máximo de R\$ 2.000, com vigência até 30 de junho de 2022.

22. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(10.023)	(8.022)
Integralização de AFAC	10.860	-
Compensação entre contas a receber e contas a pagar	(4.982)	(3.756)
Compensação de partes relacionadas a pagar com mútuos a receber	(1.696)	(13.556)
Provisões para fornecedores - Imobilizado	3.939	1.801
Direito de uso	32.696	12.945
Reversão Direito de Uso	(2.084)	-

* * * * *

Humberto Augusto Mota da Silva
Diretor Presidente, Diretor de Relação
com Investidores e Diretor de
Administração e Finanças

Marcello Barreto Marques
Diretor Comercial e Operações

Glauton Fernandes Guimarães
CRC CE nº 026220/O-3
Contador Responsável